Infraero pede prazo para rever projeto

O Departamento de Aviação Civil ainda aguarda informações da Infraero para avaliar segurança de nova pista de pouso do aeroporto

Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero) pediu prazo de 60 dias para apresentar ao Ministério Público Federal (MPF) a aprovação do projeto de ampliação do Aeroporto de Vitória, afirmando que está prestes a concluí-lo.

Segundo ofício enviado ao MPF, a Infraero informou que uma força-tarefa foi formada com o Departamento de Aviação Civil (DAC), depois de uma reunião na última sexta-feira, para solucionar antes do início das obras as questões técnicas que ainda estão pendentes.

De acordo com o procurador da república Carlos Fernando Mazzoco ainda não há aval do DAC, conforme A Tribuna divulgou ontem. O órgão afirmou que o projeto já foi apreciado, porém precisa de informações complementares para uma análise das reais necessidades de segurança. Em relação ao controle do espaço aéreo, entretanto, o órgão declarou que não há nada a que se

O MPF abriu processo administrativo para investigar denúncias sobre questões de segurança relacionadas à nova pista do aeroporto em abril do ano passado.

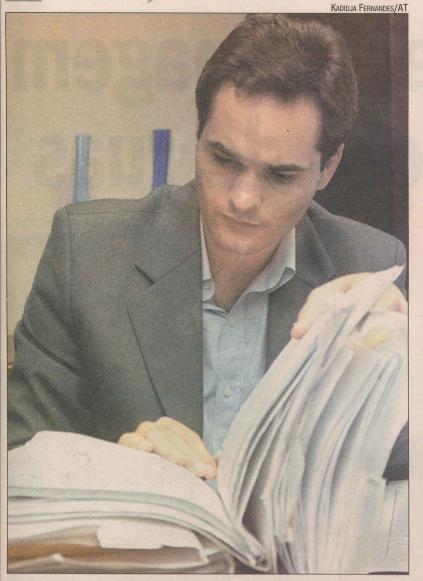
Durante a investigação, o procurador concluiu que não havia aprovação do DAC para o início das obras, anunciadas para este ano. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, deverá vir ao Estado para assinar a ordem de serviço para o começo da ampliação, orçada em cerca de R\$ 300 milhões. Mas, segundo Mazzoco, sem o aval do DAC, serão tomadas medidas na Justiça para impedir as obras.

As denúncias são do comandante aposentado Paulo Jorge Pinto Ribeiro. Ele afirma que a nova pista de pouso pode trazer risco para as operações de vôo.

risco para as operações de vôo. Um dos aspectos analisados é o tamanho da pista. O DAC teria aprovado 1,9 mil metros, mas o projeto prevê uma pista com mais de 2,4 mil metros.

Segundo Ribeiro, a direção dos ventos não é favorável ao uso da pista nesse novo sentido, podendo levar as aeronaves para o morro do Mestre Álvaro, em caso de pane.

"Se o DAC aprovar esse projeto, apelarei para a Justiça Civil. Tenho experiência em mais de 15 mil horas de vôo", afirmou.



Mazzoco investiga denúncias sobre questões de segurança

